

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA-UF/BA

Estudo Técnico Preliminar 166/2025**1. Informações Básicas**

Número do processo: 23066.075806/2025-59

2. Descrição da necessidade

O presente Estudo Técnico Preliminar (ETP) tem como objetivo apresentar a necessidade e a viabilidade para a contratação de empresa especializada no fornecimento de gás liquefeito de petróleo - GLP, para atender à necessidade da Escola de Nutrição da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

A importância da Universidade Federal da Bahia (UFBA) adquirir gás liquefeito de petróleo (GLP) a granel, incluindo o comodato de tanques de gás tipo B190 ou P190 com reguladores de pressão e medidores de nível, pode ser analisada a partir de diversos aspectos:

Continuidade das Atividades Acadêmicas e Administrativas

O Gás GLP é essencial para garantir o funcionamento dos laboratórios de ensino e pesquisa da Escola de Nutrição da UFBA, onde são ministradas aulas práticas dos cursos de graduação em Nutrição e Gastronomia sendo imprescindíveis para a formação dos discentes em 25 disciplinas com aulas práticas, ao longo dos cursos.

A aquisição desse gás de forma regular e confiável assegura a continuidade das atividades acadêmicas e de pesquisa e sem interrupções.

Segurança

O comodato de tanques de gás com reguladores de pressão e medidores de nível ajuda a garantir que o armazenamento e o uso do GLP sejam feitos de forma segura, minimizando riscos de vazamentos e acidentes. Equipamentos adequados para o controle do gás são fundamentais para a segurança dos alunos, funcionários e visitantes da ENUFBA, que dispõe de sistema de abastecimento canalizada da casa de gás até os cinco laboratórios, sendo 2 deles compostos de cinco ilhas de cocção, equipada com um fogão industrial cada.

Temos ainda dois laboratórios com fogão um fogão industrial e apenas em um deles um forno alimentado a gás encanado e um laboratório com dois fogões com pipeta a gás, ou seja o sistema de gás percorre todo o primeiro andar, motivo suficiente para que a segurança de uma empresa qualificada no fornecimento seja prezado no momento da contratação.

Eficiência Energética e Custos

O uso de tanques de gás a granel pode ser mais eficiente do que o uso de cilindros menores, permitindo uma gestão mais econômica e sustentável do combustível. A compra a granel geralmente resulta em custos menores por unidade de energia, proporcionando economia para a instituição a longo prazo.

Sustentabilidade

O GLP é uma fonte de energia mais limpa em comparação com outras alternativas fósseis, como o carvão e o óleo diesel. Seu uso contribui para a redução da emissão de poluentes e melhora a qualidade do ar no campus, alinhando-se com iniciativas de sustentabilidade ambiental.

Flexibilidade Operacional

Ter tanques de gás a granel e vasilhames de diferentes tamanhos permite uma maior flexibilidade na operação das diferentes unidades da universidade. Isso é particularmente útil em situações de alta demanda ou emergências, onde a capacidade de resposta rápida é crucial.

Compliance e Normas

A aquisição de GLP e os equipamentos de armazenamento adequados ajudam a UFBA a cumprir regulamentações de segurança e normas ambientais. Estar em conformidade com essas exigências é essencial para o funcionamento legal e responsável da instituição.

Conclusão

A aquisição do GLP e os respectivos tanques e equipamentos de segurança são investimentos estratégicos para a UFBA, proporcionando segurança, eficiência operacional, e sustentabilidade. Esses elementos são cruciais para manter a excelência das atividades acadêmicas e administrativas, contribuindo para o desenvolvimento contínuo da universidade.

Portanto, essa aquisição é fundamental para garantir a conformidade legal, a transparência, a eficiência e a segurança jurídica nos processos de compras e licitações da UFBA, atendendo assim ao interesse público e promovendo uma gestão pública mais eficaz.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Escola de Nutrição	Alessandra Santiago
Escola de Nutrição	Joel Santana

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

A Universidade tem a necessidade de adquirir Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) a granel, incluindo o comodato de tanques de gás tipo B190 ou P190 com reguladores de pressão e medidores de nível.

O prazo de entrega do bem é de 02 (dois) dias, contados do recebimento do empenho, em remessa única, na Escola de Nutrição da Universidade Federal da Bahia, endereço: Rua Basílio da Gama, S/N, Canela – Salvador, Bahia, CEP: 40.110-907, no horário das 08 às 16 horas.

As instalações dos tanques estacionários tipo B190 ou P190, a serem instalados na central de gás LP na Escola de Nutrição da UFBA, deverão obedecer ao disposto na Resolução nº 931 de 05/10/223 da ANP.

Gás de cocção a granel: suas condições devem estar de acordo com a Resolução nº 931 de 05/10/223 da ANP; NBR 14024 e NBR 13523 da ABNT.

A rede de gás compreende as tubulações desde a central de gás até a entrada dos equipamentos e fogões a gás nos laboratórios de cozinha da Escola de Nutrição da UFBA (ENUFBA).

A central de gás é de propriedade da UFBA, instalada na Escola de Nutrição da UFBA (ENUFBA).

Deverão ser fornecidos 03 (três) tanques de gás Tipo B190 ou P190 com reguladores de pressão e 03 (três) medidores de nível, em regime de comodato, sendo a sua instalação/substituição responsabilidade da Contratada. O empréstimo não oneroso dos bens descritos acima, objetiva, única e exclusivamente viabilizar o fornecimento de gás GLP ao local supracitado.

A empresa a ser contratada para o fornecimento do gás GLP a granel deverá declarar que se responsabilizará pela colocação em perfeito funcionamento dos equipamentos emprestados gratuitamente, sob a forma de COMODATO.

A empresa contratada para o fornecimento gás GLP a granel deverá:

- Arcar com as despesas com embalagens, seguro e transporte dos bens até o local da entrega;
- Arcar com as despesas necessárias visando à melhoria ou à adequação dos bens em comodato assim como as de conservação;
- Ser responsável pela manutenção preventiva e corretiva dos tanques de abastecimento, reguladores de pressão, medidores de nível e outros itens relacionados aos bens, enquanto durar o contrato de comodato, fornecendo os certificados de calibração destes equipamentos, quando aplicável;
- Fornecer calendário de manutenções preventivas do equipamento;
- Realizar as manutenções corretivas em até 24 (vinte e quatro) horas após a solicitação; e, na impossibilidade de solução do problema, a empresa se obriga a substituir o equipamento em até 48 (quarenta e oito) horas após a solicitação.

Será exigido que a contratada possua escritório ou representação com toda infraestrutura para atender a CONTRATANTE no Município de Salvador /BA e/ou Região Metropolitana ou Estado da Bahia;

O aceite/aprovação do material pelo órgão contratante não exclui a responsabilidade civil do(s) fornecedor(es) por vícios de quantidade ou qualidade posteriormente, garantindo-se ao órgão licitante as faculdades previstas no art.28 da Lei nº.8.078 /90 (Código de Defesa do Consumidor).

Havendo risco de explosão, a reparação ou substituição dos materiais recusados deverá ocorrer imediatamente após notificação da UFBA.

Os tanques, mesmo entregue e recebido, ficam sujeitos à reposição ou substituição pela CONTRATADA, desde que comprovada a existência de defeito cuja verificação só se tenha tornado possível no decorrer de sua utilização.

Poderão participar da licitação somente empresas autorizadas pela ANP para atuar no ramo.

O fornecedor deverá entregar recipientes com selo de Identificação da Conformidade com a Norma Técnica ABNT 8460: 2020 definido pelo Inmetro.

Não será admitida em hipótese alguma a possibilidade de subcontratação.

Em consulta ao Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, 7ª edição, Outubro 2024, verificou-se que o item dessa contratação se sujeita aos seguintes critérios específicos de sustentabilidade e segurança:

a) Para a gestão e operação dos resíduos perigosos gerados a partir da presente contratação, a contratada deverá observar a Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, Decreto nº 10.936, de 2022, e Instrução Normativa 1,25/01/2013 – IBAMA.

a.1) estar regularmente cadastrada no Cadastro Nacional de Operadores de Resíduos Perigosos – CNORP, parte integrante do Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, conforme classificação do Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 1, de 25/01/2013;

a.2) possuir plano de gerenciamento de resíduos sólidos aprovado pelo órgão competente e em conformidade com as exigências legais e normas pertinentes dos órgãos do SISNAMA, do SNVS e do SUASA;

a.3) possuir, caso exigível, autorização ou licenciamento junto ao órgão competente, que comprove, no mínimo, capacidade técnica, econômica e condições para prover os cuidados necessários ao gerenciamento desses resíduos.

b) A Contratada que também operar com resíduos perigosos, em qualquer fase do seu gerenciamento, nos termos da Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, e Decreto nº 10.936, de 2022, deverá:

b.1) elaborar plano de gerenciamento de resíduos perigosos, a ser submetido ao órgão competente;

b.2) adotar medidas destinadas a reduzir o volume e a periculosidade dos resíduos sob sua responsabilidade, bem como a aperfeiçoar seu gerenciamento;

b.3) informar imediatamente aos órgãos competentes sobre a ocorrência de acidentes ou outros sinistros relacionados aos resíduos perigosos.

Qualificação Técnica

- Comprovação de aptidão do licitante através de atestado de capacidade técnico-operacional fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que a Contratada tenha executado, a contento, serviços de natureza e vulto compatíveis com o objeto a ser adquirido e que façam explícita referência pelo menos às parcelas de maior relevância técnica e valor significativo, que permitam estabelecer, por comparação, proximidade de características funcionais técnicas, dimensionais e qualitativas com o objeto.

- Para o Gás GLP a Granel, o licitante deverá apresentar CERTIFICADO DE AUTORIZAÇÃO DE DISTRIBUIDOR GLP válido, emitido pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP.

No que tange ao comodato, esse se torna a única opção a se adotar, e portanto, de melhor custo-benefício e de comprovada vantajosidade para a administração, pois o mercado de GLP a GRANEL caracteriza-se pelo fornecimento em comodato dos tanques (tipo B190 ou P190) com reguladores de pressão e medidores de nível, incluindo instalação e transporte para diferentemente da distribuição do gás para uso doméstico (envasado), abastecimento na central de gás existente.

Diferentemente da distribuição do gás para uso doméstico (envasado), no qual há troca do recipiente, o abastecimento do gás a granel é feito no local (central de gás), recebendo o GLP do caminhão (veículo abastecedor) na forma líquida. Essa solução é executada para atender às características de utilização e demanda do produto, obedecendo as, já citadas, normas técnicas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) e da ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis) e todas as disposições legais, envolvendo inclusive a responsabilidade da fornecedora por danos materiais e pessoais a terceiros, em caso de acidentes.

Verifica-se a ausência de contratação por órgãos públicos de locação de tanques de armazenagem para o fornecimento de Gás GLP a Granel, demonstrando-se, portanto, que o comodato destes equipamentos é a condição de prática utilizada no mercado local e também nacional.

Diferente dos botijões de 13 e 45 Kg, os tanques estacionários (tipo B190 ou P190) não são usualmente adquiridos, em decorrência da prática de comodato por parte das empresas distribuidoras de gás GLP a granel, em decorrência da necessidade de manutenção dos tanques, das certificações que são necessárias, da requalificação dos vasilhames e principalmente das normas de segurança exigidas pelo Corpo de Bombeiros, quando da manipulação, utilização e abastecimento da Central de Gás GLP.

O objeto dessa contratação atende ao princípio da padronização, considerando a compatibilidade de especificações estéticas, técnicas ou de desempenho, pois os bens/serviços da contratação foram definidos pelos códigos de material /serviço constantes no Catálogo Nacional de Bens e Serviços (CNBS) do SIASG.

Certifico que o objeto da contratação é de natureza comum, pois, conforme inciso XIII do art. 6º da Lei 14.133/21, os bens e serviços comuns são aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado e o objeto está de acordo com essas características. Bem como, não se enquadra como bem de luxo (art. 20 de Lei nº 14.133/2021 e Decreto nº 10.818/2021).

5. Levantamento de Mercado

O levantamento da solução se deu através de ampla pesquisa de mercado e do conhecimento técnico e prático do objeto a ser contratado, através da análise da viabilidade de implementação das soluções disponíveis no mercado. De uma forma geral, esta equipe identificou, que na aquisição de GÁS GLP PARA ATENDER DEMANDAS DA ENUFBA, pela Administração Pública predominam quatro tipos de soluções:

Solução 01: Dispensa de Licitação - Nos termos do artigo 75, da Lei de Licitações e Contratos Administrativos n.º 14.133/2021, é possível a contratação direta por dispensa de licitação para valores de até R\$ 62.725,59. Diante

do exposto, verifica-se que o procedimento não se mostra viável, uma vez que este tipo de contratação somente é permitida em caso excepcionais, o que não se aplica à presente situação, pois trata-se de uma necessidade de caráter permanente.

Solução 02: Registrar Intenção de Registro de Preços junto a outro órgão na condição de participante - Essa solução permite otimizar processos licitatórios, obter melhores preços e, conseqüentemente, boas oportunidades para as empresas. Entretanto, como esse procedimento é realizado no início do pregão, e haverá a realização de fases posteriores com prazos determinados até a aquisição, não se tornará viável e célere neste caso.

Solução 03: A adesão à Ata de Registro de Preços - Estabelece a possibilidade de a proposta mais vantajosa numa licitação a ser aproveitada por outros órgãos e entidades, os quais não participaram na origem da licitação. Embora seja uma alternativa válida, o procedimento seria demorado devido a quantidade de atas vigentes no SIASG, onde nem todas contemplem o objeto desejado exatamente conforme as especificações técnicas da UFBA, o que torna esta opção não célere e nem eficiente para a Administração.

Solução 04: Pregão Eletrônico na forma de Sistema de Registro de Preços (SRP) - O Sistema de Registro de Preços (SRP), previsto nos arts. 82 a 86 da Lei nº 14.133/2021, destina-se a bens e serviços padronizados, de natureza comum e passíveis de fornecimento parcelado, sem necessidade de vínculo contínuo entre fornecedor e órgão. No caso do GLP a granel, o SRP se mostra incompatível, pelos seguintes motivos:

- a) Inviabilidade técnica de alternância de fornecedores: o tanque pertence ou é cedido pelo fornecedor, sendo fisicamente conectado à instalação; sua substituição implicaria desmontagem e nova vistoria pela ANP e Corpo de Bombeiros.
- b) Necessidade de contrato contínuo: o fornecimento deve ocorrer de forma permanente, com monitoramento e reposição programada, o que exige contrato de vigência regular e cláusulas de responsabilidade técnica.
- c) Risco à segurança e à conformidade legal: o rodízio de fornecedores poderia gerar insegurança operacional, descumprimento de normas da ANP (Resolução nº 931 de 05/10/2023) e da ABNT (NBR 14024 e NBR 13523).
- d) Incompatibilidade jurídica: o SRP não gera obrigação de fornecimento nem de compra imediata, o que é inadequado para um bem essencial e de consumo contínuo, cuja interrupção pode comprometer atividades essenciais do órgão.

Diante da natureza contínua, técnica e regulada do fornecimento de GLP a granel, bem como dos riscos operacionais e legais de alternância de fornecedores, não se recomenda a utilização do Sistema de Registro de Preços (SRP).

Solução 05: Aquisição através de Pregão Eletrônico Convencional - Esta é alternativa mais viável, célere, vantajosa e eficiente considerando o objeto e as especificações técnicas definidas pela Universidade. O pregão convencional, previsto no art. 28, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, é o modo de licitação mais adequado para a contratação de bens e serviços comuns, inclusive com fornecimento contínuo e valor previamente definido.

O uso do pregão convencional: permite formalizar contrato direto com o fornecedor vencedor; garante responsabilidade técnica e segurança operacional; assegura continuidade no fornecimento e previsibilidade financeira e possibilita controle de consumo e manutenção preventiva da central de gás. Assim, o Pregão Eletrônico na forma convencional, atende plenamente aos princípios da eficiência, continuidade do serviço público, segurança jurídica e economicidade (arts. 5º e 11 da Lei nº 14.133/2021).

Conclusão:

Diante do exposto, e com base nos princípios da legalidade, economicidade, eficiência, isonomia e seleção da proposta mais vantajosa, recomenda-se a realização de pregão eletrônico, na forma convencional, como a solução mais adequada para atender às necessidades da Escola de Nutrição da Universidade Federal da Bahia.

6. Descrição da solução como um todo

6.1 Justificativa da contratação

Diante do exposto, tornou-se clara que a solução para a aquisição de Gás Liquefeito de Petróleo a granel, com regime de comodato dos tanques de gás Tipo B190 ou P190 com reguladores de pressão e medidores de nível, incluindo instalação, transporte e abastecimento na central de gás existente na Escola de Nutrição, é a realização de um pregão eletrônico convencional, com validade de 1 ano prorrogável até 5 anos, no interesse da administração, com base no comprando a administração a quantidades artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021, necessária para atender às suas demandas.

6.2 Justificativa para a não exclusividade às ME/EPP

Em atenção ao disposto nos arts. 4º, inciso III, e 72, inciso III, da Lei nº 14.133/2021, e considerando o tratamento diferenciado e favorecido às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (ME/EPP) previsto na Lei Complementar nº 123/2006, justifica-se que o presente certame não será exclusivo para ME/EPP, pelos motivos técnicos e de mercado expostos a seguir.

A aquisição de GLP a granel demanda estrutura logística, técnica e operacional específica, envolvendo transporte em caminhões-tanque, equipamentos pressurizados e atendimento a rigorosas normas de segurança e regulamentações da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), além de autorização específica de comercialização e observância de normas ambientais e de segurança industrial.

Essas exigências restringem o universo de possíveis fornecedores a um grupo reduzido de empresas — em sua maioria médias ou grandes distribuidoras, devidamente autorizadas pela ANP —, o que inviabiliza a competição adequada caso o certame fosse exclusivo para microempresas e empresas de pequeno porte.

Adicionalmente, conforme levantamento preliminar de mercado, não há número suficiente de ME/EPP regularmente autorizadas pela ANP na região para assegurar a competitividade do certame e o atendimento contínuo do fornecimento. Diante disso, a exclusividade resultaria em risco de desabastecimento e possível frustração da licitação, contrariando o princípio da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração (art. 11, inciso III, da Lei nº 14.133/2021).

Dessa forma, com fundamento no §3º do art. 49 da Lei Complementar nº 123/2006 e no art. 4º, §1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, entende-se inviável aplicar a reserva de contratação exclusiva para ME/EPP no presente caso, devendo o certame permanecer aberto à ampla concorrência, assegurando-se, entretanto, os demais benefícios previstos na legislação para tais empresas (como preferência de desempate e regularização fiscal tardia).

6.3 Exigências de Habilitação

Justificativa para não solicitar Qualificação Econômico Financeira:

No caso em análise, por se tratar de um objeto de fornecimento padronizado, de pronta entrega e de baixa complexidade, não há necessidade de exigência de documentos de qualificação econômico-financeira (tais como balanço patrimonial, índices contábeis ou capital mínimo) dos licitantes, uma vez que o risco de inadimplemento contratual é baixo, especialmente considerando que o pagamento será efetuado após o fornecimento e aceite do bem, conforme prática reiterada da Administração Pública.

A não exigência desse requisito contribui para ampliar a competitividade entre os fornecedores, evitando restrições indevidas à participação de micro e pequenas empresas, sem comprometer a segurança e a regularidade da contratação.

Portanto, em observância aos princípios da proporcionalidade, razoabilidade, competitividade e eficiência previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021, e considerando o baixo risco econômico do fornecimento de GLP a granel, não será exigida a qualificação econômico-financeira dos licitantes neste pregão eletrônico.

Justificativa para não solicitar Garantia Contratual:

Trata-se de contratação de baixo risco técnico e financeiro, uma vez que o pagamento será efetuado após a efetiva entrega e aceite do produto, conforme as condições estabelecidas no edital e contrato.

Dessa forma, não há justificativa técnica para exigir a prestação de garantia contratual, pois o objeto não apresenta complexidade ou vulto que demandem medida adicional de resguardo. Além disso, a dispensa dessa exigência contribui para reduzir custos administrativos e financeiros aos fornecedores, ampliando a competitividade do certame e assegurando a eficiência e economicidade da contratação.

Justificativa da adoção do IPCA/IBGE para correção monetária:

- Revisão legal atualizada: A Lei nº 14.905/2024, que alterou o Código Civil, estabelece que, na ausência de índice expressamente previsto no contrato ou em lei específica, o índice padrão a ser aplicado deverá ser o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), calculado e divulgado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE);
- Segurança jurídica e previsibilidade: Essa padronização legal visa conferir clareza e segurança jurídica, evitando divergências que gerem litígios e auxiliando na gestão contratual;
- Alinhamento com a inflação oficial: O IPCA é o índice oficial de inflação do Brasil, elaborado pelo IBGE para medir a variação de preços ao consumidor final. Por refletir diretamente o custo de vida urbano, é adequado para manter o equilíbrio econômico-financeiro da contratação;
- Mais estabilidade e menos volatilidade: Diferente do IGPM, o IPCA tem menor sensibilidade às oscilações de câmbio e às variações extremas de preços no atacado, tornando-se mais estável e previsível para contratos;
- Conformidade com licitações e contratos administrativos: O TCU e a Lei nº 14.133/21 exigem que o índice reflita a variação efetiva.

6.4. Requisitos para Julgamento das Propostas:

Sob pena de desclassificação, a proposta deverá:

- Descrever de forma clara e individualizada as características reais do bem ofertado ;
- Não se limitar à reprodução do texto constante no edital, sob pena de não atendimento ao critério de exequibilidade. O simples fato de “COPIAR” e “COLAR” o descritivo contido no edital não será caracterizado como descritivo da proposta.

6.5. Condições de Execução:

A empresa contratada será responsável pelo fornecimento de Gás Liquefeito de Petróleo a granel, com regime de comodato dos tanques de gás Tipo B190 ou P190 com reguladores de pressão e medidores de nível, incluindo instalação, transporte e abastecimento na central de gás existente na Escola de Nutrição, devendo comprovar capacidade técnica compatível com o objeto, a fim de garantir o correto atendimento às especificidades das instalações da Universidade Federal da Bahia.

Todos os custos de deslocamento de pessoal, transporte, instalação, montagem, remoção de materiais e demais encargos correlatos serão integralmente de responsabilidade da contratada.

O fornecimento do item ocorrerá conforme as demandas e instruções constantes no Contrato, observando-se rigorosamente os prazos e condições estabelecidos pela Administração.

6.6. Execução e Entrega dos Itens:

O prazo de entrega do bem é de 02 (dois) dias, contados do recebimento do empenho, em remessa única, no endereço: Rua Basílio da Gama, S/N, Canela –Escola de Nutrição da Universidade Federal da Bahia. Salvador, Bahia, CEP: 40.110-907, de segunda-feira a sexta-feira, no horário das: 08h00min às 16h00min;

Havendo risco de explosão, a reparação ou substituição dos materiais recusados deverá ocorrer imediatamente após notificação da UFBA;

As instalações dos tanques estacionários (Tipo B190 ou P190), a serem instalados na Central de Gás GLP na Escola de Nutrição da UFBA, deverão obedecer ao disposto na Resolução nº 931 de 05/10/223 da ANP.

Gás de cocção a Granel: suas condições devem estar de acordo com a Resolução nº 931 de 05/10/223 da ANP; NBR 14024 e NBR 13523 da ABNT.

A rede de gás compreende as tubulações desde a Central de Gás até a entrada dos equipamentos e fogões a Gás nos laboratórios de cozinha da Escola de Nutrição da UFBA (ENUFBA);

A Central de gás é de propriedade da UFBA, instalada na Escola de Nutrição da UFBA (ENUFBA);

Deverão ser fornecidos 03 (três) tanques de gás Tipo B190 ou P190 com reguladores de pressão e 03 (três) medidores de nível, em regime de comodato, sendo a sua instalação/substituição responsabilidade da contratada. O empréstimo não oneroso dos bens descritos acima, objetiva, única e exclusivamente viabilizar o fornecimento de gás GLP ao local supracitado;

A empresa contratada deverá declarar que se responsabilizará pela colocação em perfeito funcionamento dos equipamentos emprestados gratuitamente, sob a forma de **COMODATO**;

Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 24 (vinte e quatro) horas de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

Garantia, manutenção e assistência técnica

O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

O aceite/aprovação do material pelo órgão contratante não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade ou qualidade posteriormente, garantindo-se ao órgão licitante as faculdades previstas no art. 28 da Lei supracitada.

Os tanques, mesmo entregue e recebido, fica sujeito à reposição ou substituição pela CONTRATADA, desde que comprovada a existência de defeito cuja verificação só se tenha tornado possível no decorrer de sua utilização.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. Metodologia utilizada:

A definição dos quantitativos para a presente contratação foi estabelecida mediante metodologia que combina:

- Planejamento consolidado da Escola de Nutrição (via SIPAC/PCA);
- Análise de dados históricos e paramétricos.

O procedimento está em plena conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e com as diretrizes do Parecer Referencial nº 00006/2025/GERTEC/ELIC/PGF/AGU da Advocacia Geral da União (AGU), atendendo aos requisitos do art. 40, III, que exige o uso de técnicas quantitativas adequadas.

7.2. Base primária: consolidação da demanda real (SIPAC/PCA):

O quantitativo licitado não é aleatório nem baseado em estimativa abstrata. Eles representam o resultado direto da média de consumo dos últimos 03 (três) anos planejados no Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos (SIPAC), como parte do Plano de Contratação Anual (PCA).

7.3. Metodologia de validação e dimensionamento:

Conforme o Parecer Referencial da AGU, a estimativa de quantitativos deve ser acompanhada de justificativa técnica robusta, não sendo admitidas estimativas genéricas. Embora a consolidação do PCA seja a base da demanda, os valores foram validados com técnicas quantitativas, como:

- Análise de consumo histórico: a média de utilização e o histórico de fornecimento de contratos anteriores deste objeto;
- Dados paramétricos: dimensionamento considerando parâmetros diretamente ligados ao objeto da licitação, como o número de laboratórios e equipamentos que demandam GLP a granel.

7.4. Conclusão sobre os quantitativos

Portanto, os quantitativos estimados:

- Representam a demanda real e consolidada da Escola de Nutrição, comprovada pelo Relatório SIPAC;;
- Foram devidamente validados pelo histórico de consumo e por projeções paramétricas claras;
- Atendem integralmente aos requisitos do art. 40, III, da Lei nº 14.133/21 e às recomendações da Procuradoria.

Segue abaixo tabela com o quantitativo do item:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	SIPAC / CÓDIGO	FORNECIMENTO	QTD
1	<p>GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO - GLP, TIPO A GRANEL</p> <p>Gás Refino De Petróleo. Tipo: Gás Liquefeito De Petróleo - Glp. Uso: Industrial. ADENDO: PROPANO-BUTANO, PRESSÃO VAPOR: 15 KGF,CM2, PONTO MÁXIMO EBULIÇÃO: 2 ° C, TEOR MÁXIMO ENXOFRE VOLÁTIL: 0,36 G,M3, CORROSIVIDADE MÁXIMA: 1, UMIDADE: NÃO APLICÁVEL, COMPOSIÇÃO PROPANO: NÃO APLICÁVEL PER, NORMAS TÉCNICAS: MB 205. TIPO A GRANEL</p>	30040000000058 / 461651	Quilograma	570

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 7.951,50

8.1. Valor Total Estimado

O custo estimado da contratação é de R\$ R\$ 7.951,50 (sete mil, novecentos e cinquenta e um reais e cinquenta centavos).

A definição deste valor observou rigorosamente o disposto no art. 23 da Lei nº 14.133/2021, bem como a metodologia prevista na Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021, em conformidade com as orientações constantes do Parecer Referencial nº 00006/2025/GERTEC/ELIC/PGF/AGU.

O detalhamento da pesquisa de preços estará formalizado nos autos, compreendendo **Mapa de Preços e Análise Crítica da Pesquisa de Preços** que evidenciam as fontes consultadas e apresenta a metodologia de cálculo aplicada a cada item.

Dessa forma, atenderão as exigências de formalização estabelecidas no art. 3º da IN 65/2021.

8.2. Parâmetros da Pesquisa de Preços (Art. 5º da IN 65/2021)

8.2.1. Análise dos Parâmetros Prioritários (Inciso I):

A IN 65/2021 estabelece como prioritários os parâmetros dos incisos I (Painel de Preços) e II (contratações públicas similares).

O uso do Painel de Preços será descartado, tendo em vista o Comunicado nº 30/2025 do Ministério da Gestão e Inovação (MGI)¹, que informou a desatualização dos dados da ferramenta. Nessas condições, a utilização do Painel não assegura a fidedignidade necessária, tornando obrigatória a adoção dos demais parâmetros.

¹ <https://www.gov.br/compras/pt-br/acesso-a-informacao/comunicados/2025/no-30-25-dados-do-painel-de-precos-e-do-painelde-compras-deixam-de-ser-atualizados>

8.2.2. Parâmetros Efetivamente Utilizados (Combinação dos Incisos II e IV):

Diante da impossibilidade justificada de utilização do Inciso I, a pesquisa fundamentou-se na combinação dos incisos II e IV, conforme detalhada na Análise crítica da Pesquisa de Preços:

- **Inciso II (contratações públicas similares):** parâmetro principal. Conforme orienta o Parecer Referencial nº 00006/2025/GERTEC/ELIC/PGF/AGU, a plataforma Banco de Preços foi utilizada apenas como ferramenta de busca e agregação de dados, permitindo localizar fontes primárias (contratos e atas reais de outros entes públicos). O Relatório de Cotação comprova a origem primária dos dados, atendendo plenamente às exigências legais.
- Adicionalmente, foi também utilizado o módulo Pesquisa de Preços do compras.gov.br de modo a conferir maior amplitude à amostra e possibilitar a comparação entre os preços coletados, assegurando maior robustez à estimativa.
- **Inciso IV (pesquisa com fornecedores):** aplicado nos casos em que os parâmetros anteriores não forneceram cotações suficientes, mediante solicitações formais de cotação a fornecedores especializados, em observância às exigências do Parecer Referencial.

8.3. Método de Cálculo e Tratamento dos Dados (Art. 6º da IN 65/2021)

Concluída a coleta, foi realizada análise crítica dos preços, com o descarte de valores inconsistentes, inexequíveis ou manifestamente elevados.

Para definir o valor final estimado, adotou-se a metodologia da média, conforme previsto no art. 6º da IN 65/2021. O cálculo considerou o coeficiente de variação obtido na planilha do mapa de preços, elaborado a partir de um conjunto de (03) três valores, após a exclusão daqueles considerados inconsistentes, inexequíveis ou manifestamente elevados. Ressalta-se que, na consulta formal realizada a fornecedores especializados, apenas um respondeu à solicitação de cotação com uma proposta de preço, enquanto os demais informaram não ter interesse em participar.

8.4. Adequação Orçamentária:

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Gestão/Unidade: [153845]

Fonte de Recursos: [1000000000]

Programa de Trabalho: [229843]

Elemento de Despesa: [339030]

Plano Interno: [M20RKG01ACN]

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Nesta contratação, não haverá parcelamento, pois trata-se de um único item, cujo fornecimento será feito por uma única empresa.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não existem contratações correlatas e/ou interdependentes para a contratação pretendida.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

Essa contratação está prevista no Plano de Contratações Anual (PCA) 2025 da UFBA sob o número 153038-49/2025.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Pretende-se contratar o item descrito nesse estudo ao menor preço, com a qualidade e especificações garantidas, visando atender às necessidades das Unidades da UFBA, de forma eficaz e eficiente.

13. Providências a serem Adotadas

Não foram identificadas providências a serem adotadas.

14. Possíveis Impactos Ambientais

A aquisição de gás LP, se feita da forma idealizada trará benefícios à UFBA no que tange à: continuidade das atividades acadêmicas e administrativas, segurança, eficiência energética e custos, sustentabilidade, flexibilidade operacional, compliance e normas.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

A contratação se mostrou viável a partir da análise do presente Estudo Técnico Preliminar e de acordo com os termos pretendidos, como já vem sendo realizada pela Universidade Federal da Bahia.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

JOEL SANTANA

Membro da equipe de planejamento da contratação

JULIANA ARAUJO DANTAS

Membro da equipe de planejamento da contratação



ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES ETP Nº 1/2026 - ENUT (12.01.30)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado eletronicamente em 21/01/2026 14:03)

JOEL SANTANA

TEC EM NUTRICAÇÃO E DIETÉTICA

ENUT (12.01.30)

Matrícula: ###074#8

Visualize o documento original em <https://sipac.ufba.br/public/documentos/> informando seu número: **1**, ano: **2026**,
tipo: **ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES ETP**, data de emissão: **21/01/2026** e o código de verificação:
1a7073e346